



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Judicialização e Compliance no Licenciamento Ambiental

Análise do caso concreto e desafios jurídicos na busca por maior efetividade dos processos ambientais.

Camila Lourdes da Silva
Coordenadora Geral de Licenciamento Ambiental e
Assuntos Territoriais – Ministério dos Transportes



Competências Institucionais da SUST/SE/MT

Estabelecidas pelo Anexo I do
Decreto n. 11.360, de 1º de
janeiro de 2023

Art. 12. À Subsecretaria de Sustentabilidade compete:

I - coordenar e promover a implantação de diretrizes e medidas para transição ecológica no âmbito das obras e das outorgas de competência do Ministério;

II - coordenar e monitorar atividades relacionadas ao equacionamento de questões socioambientais necessárias à execução dos empreendimentos de infraestrutura das áreas de competência do Ministério;

III - promover a comunicação do Ministério com órgãos ambientais e a sua representação em eventos, fóruns e colegiados relacionados ao tema; e

IV - coordenar o estabelecimento de diretrizes, a padronização de procedimentos e processos e apoiar as Secretarias e entidades vinculadas nas atividades relativas à declaração de utilidade pública, remoção de interferências, desapropriações e deslocamento compulsório em obras de infraestrutura no âmbito das competências do Ministério.

A Prática do Licenciamento Hoje



Complexidade Técnica e Institucional

- Envolvimento de múltiplos órgãos e interesses, exigindo rigor técnico e coordenação institucional complexa.

Pressões e Expectativas Sociais

- O gestor enfrenta pressões políticas, sociais e riscos jurídicos.

Judicialização e Fiscalização Contínua

- Processos são acompanhados por órgãos de controle e sociedade civil, com contestação frequente de inconsistências e fragilidades.

Nova Postura Institucional

- Visão sistêmica e atenção à qualidade do processo, não apenas ao resultado final da licença.

Diagnóstico

Judicialização sendo regra, não exceção

- O licenciamento ambiental tornou-se um espaço de disputa jurídica, social e territorial, exigindo processos robustos.

Principais gatilhos

- Fragilidade técnica dos estudos;
- Falhas procedimentais;
- Conflitos territoriais não endereçados;

Problema Central:

- A judicialização, muitas vezes, não decorre da existência do impacto - mas da falta de confiança no processo.



Compliance no Licenciamento Ambiental



Ampliação do Conceito de Compliance

- Compliance no licenciamento ambiental vai além da simples aderência à legislação, envolvendo governança e consistência decisória.

Proteção Institucional

- Compliance atua como mecanismo de proteção para políticas públicas e agentes envolvidos no processo de licenciamento.

Transparência e Legitimidade

- Práticas de compliance tornam o licenciamento um processo claro, transparente e legítimo, aumentando a confiança dos atores.

Importância na Judicialização

- Compliance é essencial para tornar o licenciamento defensável em ambiente de alta judicialização.

Estratégia 1: Antecipação de conflitos

Mapeamento dos envolvidos

- Identificar previamente os envolvidos e seus interesses é fundamental para prevenir conflitos no licenciamento ambiental.

Atuação Preventiva

- A gestão pública deve criar espaços de diálogo e ajustar procedimentos para evitar conflitos instalados.

Segurança Institucional

- Antecipar riscos reduz crises jurídicas, oferecendo maior segurança institucional e técnica.





Estratégia 2: Integração institucional

Integração entre Áreas

- A integração das áreas técnica, jurídica e territorial é essencial para processos de licenciamento mais seguros e eficientes.

Riscos da Atuação Fragmentada

- Trabalhar de forma isolada aumenta riscos de decisões contraditórias e fragilidades nos processos.

Fortalecimento da Resposta Pública

- A integração institucional fortalece a capacidade de resposta da administração pública a questionamentos externos.

Cultura de Cooperação

- Canais de comunicação eficientes e cultura organizacional voltada à cooperação garantem clareza e responsabilidade compartilhada.



Estratégia 3: Instrução processual robusta

Apresentado no CAMBI 2026

Fundamentação e Registro

- Cada decisão deve ser devidamente fundamentada e registrada, garantindo transparência e contextualização adequada.

Rastreabilidade das Decisões

- A rastreabilidade permite o entendimento claro do processo e dos critérios utilizados em cada etapa decisória.

Redução de Questionamentos

- Instrução robusta diminui interpretações arbitrárias e elimina dúvidas sobre supostas omissões no processo.

Proteção dos Agentes Públicos

- Processos bem instruídos demonstram decisões técnicas, protegendo agentes públicos de responsabilidades indevidas.

Gestão Territorial como Diferencial



Desafios da Gestão Territorial

- Conflitos fundiários e sobreposição institucional complicam o licenciamento ambiental, aumentando riscos de judicialização.

Importância da Dimensão Territorial

- Incluir a análise territorial desde o início ajuda a identificar riscos e ajustar estratégias eficazes de licenciamento.

Legitimidade e Redução da Judicialização

- Gestão territorial integrada fortalece o diálogo com atores afetados e reduz conflitos judiciais.

Síntese das Estratégias

Fatores Fundamentais

A combinação de técnica sólida, governança processual e transparência fortalece o licenciamento ambiental.

Integração e Gestão Territorial

A integração institucional e gestão do território garantem um processo licenciatório mais coeso e efetivo.

Resiliência e Legitimidade

Processos alinhados tornam o licenciamento ambiental resiliente, previsível e legítimo diante dos desafios.



Ênfase na Participação Social

Iniciativa inédita no âmbito do Ministério dos Transportes que constituiu canal de comunicação entre o órgão e a sociedade civil para recebimento de contribuições, sugestões e críticas sobre os estudos apresentados.



Decisões Técnicas e Legítimas

Blindar processos ambientais significa construir decisões tecnicamente consistentes e socialmente legítimas para maior confiança.

Compliance Estratégico

Compliance fortalece políticas públicas e protege agentes, aumentando a confiança social no licenciamento ambiental.

Licenciamento como Política Integrada

Tratar o licenciamento como política pública integrada é essencial para enfrentar desafios e garantir sustentabilidade.

Resistência à Judicialização

Processos bem estruturados resistem melhor à judicialização e promovem decisões qualificadas e sustentáveis no longo prazo.



Participação na 9ª e 10ª Reunião de Governança do Território Indígena Xingu – realizadas nos meses de julho e novembro, com objetivo de retomada do processo de Consulta Unificada com os Xinguanos, relacionados aos empreendimentos BR 242/MT e a Ferrovia de Integração Centro Oeste – FICO respeitando o Plano de Gestão, o Protocolo de Consulta do TIX e a Convenção 169.

Desafios

Realizar a Consulta Livre, Prévia e Informada

OIT 169 – (Decreto nº 10.088/2019 – ANEXO LXXII)

- Falta de regulamentação específica da CLPI;
- Divergências sobre procedimentos e responsabilidades;
- Quem seria responsável pelo direcionamento e orientação?
- Como seriam feitos os registros?
- Determinação do território:
 - Povos indígenas e tribais;
- Necessidade de articulação interinstitucional:
 - FUNAI, INCRA, MPI, MDA, MIR, MT;
- Momento da consulta;
- Garantia de que a consulta seja prévia e informada;
- Comunidades sem protocolo;
- Custo e tempo;

Outros desafios:

Projetos Incompletos/Mudanças de Projetos

Estudos Insuficientes

Melhora na interlocução entre órgãos

Implementação de tecnologia



O que propomos?

- Antecipação de conflitos;
- Integração entre áreas;
- Fortalecimento da instrução processual;
- Padronização com margem de flexibilidade;
- Gestão do território.

OBRIGADA!



Camila Lourdes da Silva
camila.lourdes@transportes.gov.br